

Observatório da Oposição

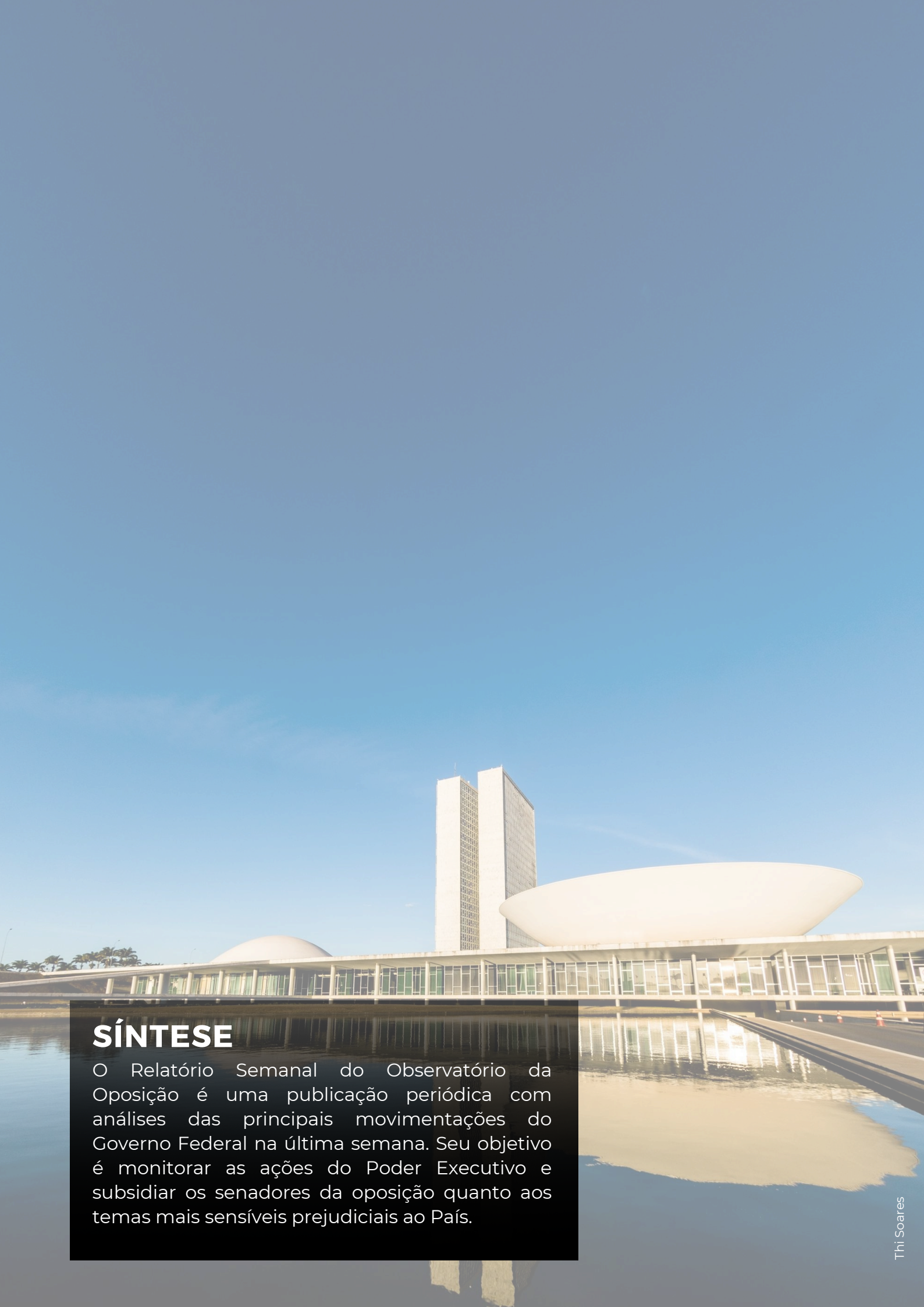
25 DE NOVEMBRO • RELATÓRIO SEMANAL Nº 74



**Atraso na entrega de pacote
fiscal mostra resistência em
cortar gastos e gera
instabilidade**

SENADOR
**ROGÉRIO
MARINHO**

SENADOR ROGÉRIO MARINHO
LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL
ANEXO II, ALA FILINTO MULLER, GABINETE 6 - TEL.: (61) 3303 1221



SÍNTESE

O Relatório Semanal do Observatório da Oposição é uma publicação periódica com análises das principais movimentações do Governo Federal na última semana. Seu objetivo é monitorar as ações do Poder Executivo e subsidiar os senadores da oposição quanto aos temas mais sensíveis prejudiciais ao País.

PRIORIDADES DA SEMANA

1

ECONOMIA

Página

Atraso na entrega de pacote fiscal mostra resistência em cortar gastos e gera instabilidade

01

2

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

As "sinergias" do Brasil com a Nova Rota da Seda

04

3

TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA

TCU identifica falhas graves no processo licitatório de Abreu e Lima

10

4

SAÚDE

O destino incerto dado pelo Ministério da Saúde aos hospitais federais no Rio de Janeiro

13

5

TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO

Com novo acordo, governo sinaliza o adiamento da solução de conectividade para escolas públicas

17

6

MEIO AMBIENTE

Governo brasileiro celebra, mas COP-29 expõe contradições e frustrações globais

19

1 ECONOMIA

Atraso na entrega de pacote fiscal mostra resistência em cortar gastos e gera instabilidade

A armadilha fiscal criada pelo governo com os gastos exorbitantes do PAC, a volta dos pisos de saúde e de educação e a política de valorização do salário mínimo pressiona as contas públicas. Mesmo assim, governo resiste em rever despesas criadas por esta gestão.

- De acordo com a Instituição Fiscal Independente (IFI), as medidas criadas pela atual gestão na transição e no primeiro ano de mandato terão impacto entre R\$ 2,3 e 3 trilhões nos próximos 10 anos. Sobre isso, a IFI completa:



*“O esforço arrecadatário empreendido pelo governo federal obteve êxito com o expressivo crescimento das receitas públicas como aqui fica demonstrado. No entanto, **o crescimento estrutural e permanente de despesas, derivado de decisões tomadas em relação a políticas públicas, independentemente de seu mérito, ameaçam a sustentabilidade do presente arcabouço fiscal.**”*

- Dentre as despesas contratadas estão aquelas relacionadas ao PAC, que vem sugando recursos do orçamento e das estatais brasileiras.
- Além disso, o governo elevou suas despesas ao se comprometer com a política de valorização do salário mínimo, que custará pelo menos R\$ 17 bilhões ao ano, com a volta dos pisos da educação e da saúde, e com o reajuste para servidores e para cargos comissionados.
- Mesmo que as políticas citadas tenham mérito, desde a transição para este governo, nos distanciamos do equilíbrio entre receitas e despesas. A economia brasileira vem sentindo os efeitos adversos dessa condução das contas públicas, como o aumento da inflação, do dólar e dos juros.
- Até agora, porém, a estratégia do governo vem sendo aumentar a carga tributária para correr atrás do aumento contratado de gastos.
- Como a oposição vem alertando desde o início do governo, essa estratégia de buscar receitas para cobrir despesas sempre crescentes não tem como dar certo. O aumento de carga tributária, além de injusto, não fechará as contas públicas por si só. A insistência nesse modelo colocou o país em um rumo no qual não há estabilização da dívida pública.
- Prova disso é que o governo vem:
 1. Tendo que gerar cada vez mais bloqueios no orçamento, como na recente decisão em se bloquear cerca de R\$ 6 bilhões adicionais, para cumprir as regras fiscais;
 2. não conseguido fechar as contas mesmo com recordes recorrentes de arrecadação; e
 3. observando a dívida pública aumentar em ritmo acelerado.

- Vale ressaltar que a atual gestão ainda escapa de implementar contingenciamentos mais rigorosos ao adotar a estratégia de mirar na banda inferior do arcabouço como se essa fosse a verdadeira meta fiscal – e não um instrumento de flexibilidade da gestão das finanças públicas, como se havia prometido na discussão do arcabouço. Sabe-se que contingenciamentos no centro da meta trariam maior equilíbrio para as contas públicas.
- Os efeitos deletérios dessas políticas geraram uma pressão cada vez maior na equipe econômica e no próprio presidente, sendo reforçada pelos resultados eleitorais pífios e pelas eleições americanas. Diante disso, anunciou-se um “corte de gastos”.
- Contudo, o governo já acumula um atraso de mais de três semanas em anunciar as medidas que serão tomadas para a contenção de despesas. Essa demora, reforçada pela resistência de figuras influentes do governo, gerou instabilidade no país, que viu a cotação do dólar explodir e as curvas de juros subirem. As previsões de inflação e de aumento da taxa Selic também aumentaram diante dessa indefinição.
- Um dos temores, compartilhado pela oposição, é de que o pacote mire apenas em despesas futuras, ou seja, uma contenção apenas da taxa de crescimento das despesas.
- Existem méritos para a trajetória da dívida em tal estratégia. No entanto, o inflacionamento da base de despesas foi tão severo que mesmo uma redução desse ritmo de crescimento faria com que a dívida pública brasileira se estabilizasse em patamar insuportável, o que restringiria nossa capacidade de crescimento e de melhora das condições de vida da população.
- Outro risco é que o pacote seja insuficiente para estabilizar as expectativas do país e para botar ordem nas contas públicas. A demora em anunciar tais medidas, porém, parece indicar justamente que este será o caso.





RELAÇÕES INTERNACIONAIS

As "sinergias" do Brasil com a Nova Rota da Seda

Apesar de não aderir formalmente à Nova Rota da Seda, apontou convergências que podem ser efetivadas com o PAC e outras iniciativas do governo federal.

Análise

- O Brasil recusou formalmente integrar a Nova Rota da Seda, no entanto, busca estabelecer "sinergias" com o projeto chinês, priorizando cooperação em áreas estratégicas.



- Na realidade, persiste a possibilidade de uma convergência de interesses entre a iniciativa chinesa e as propostas articuladas por meio do PAC, do Plano de Transformação Ecológica, da Nova Indústria Brasil e das Rotas de Integração Sul-Americana, configurando um cenário de alinhamento estratégico entre os referidos programas e a expansão das influências econômicas da China.
- Na ocasião, foram firmadas parcerias mais concretas, incluindo um empréstimo de R\$ 3,5 bilhões do China Development Bank para o BNDES. Outras iniciativas, como a da SpaceSail com a Telebrás para conectividade satelital, podem se efetivar nos próximos anos.
- Por fim, cabe a menção também às intenções de colaboração em áreas como ampliação da conectividade e 5G, inovação em inteligência artificial para cidades inteligentes e economia digital, além do fortalecimento da cadeia de valor de minerais estratégicos, com foco em viabilidade, segurança, sustentabilidade e respeito aos direitos locais. O resumo das principais áreas de cooperação e seus desafios foram resumidos na Tabela 1.

Tabela 1 - Áreas de cooperação e desafios.

Área de Cooperação	Pontos-chave	Desafios e Considerações
Infraestrutura	Alinhamento entre iniciativas do PAC com os objetivos da Nova Rota da Seda.	Verificar o atendimento do interesse nacional para cada iniciativa contratada, além de garantir a sustentabilidade financeira dos projetos.
Financiamento	Empréstimo de RMB 5 bilhões do China Development Bank para o BNDES (R\$ 3,5 bilhões).	Avaliar os termos do empréstimo e garantir que os projetos financiados sejam economicamente viáveis e, de fato, tragam retorno para a população brasileira.
Comunicação	Cooperação em satélites de baixa órbita (LEO) para ampliar a conectividade em áreas remotas e inclusão digital. Além de cooperação para implementação do 5G e redes futuras.	Garantir a segurança cibernética e a proteção de dados pessoais, além de avaliar os impactos da dependência tecnológica em relação à fornecedor exclusivo.

Inteligência Artificial	Cooperação em cidades inteligentes, capacitação tecnológica, agricultura familiar e economia digital.	Desafios éticos e de segurança relacionados à coleta e uso de dados, além da necessidade de prever a possibilidade de internalização de capacidades.
Minerais Estratégicos	Foco em minerais como lítio, níquel e nióbio para a transição energética.	Resguardar os interesses nacionais e garantir a exploração sustentável dos recursos minerais.

Fonte: [Ministério de Relações Exteriores - Acordos Brasil e China](#).

- **Sob uma perspectiva pragmática, é possível afirmar que não existem investimentos internacionais intrinsecamente prejudiciais, desde que se encontrem harmonizados com os interesses e a estratégia nacionais, sendo, portanto, imprescindível ultrapassar obstáculos ideológicos que possam prejudicar uma abordagem pragmática. Todavia, devemos considerar as lições aprendidas pelos países que tomam parte das iniciativas listadas na Nova Rota da Seda.**
- A Nova Rota da Seda, oficialmente chamada de "Belt and Road Initiative" (BRI), é um programa lançado pela China em 2013, com o objetivo de expandir sua presença global por meio de investimentos em infraestrutura, como rodovias, ferrovias, portos e energia, incluindo oleodutos e gasodutos.
- A iniciativa tem se mostrado uma estratégia do país para a segurança e o desenvolvimento de longo prazo, com 147 países aderindo formalmente, abrangendo dois terços da população mundial e 40% do PIB global. [De acordo com o Green Finance & Development Center \(GFDC\)](#), a China acumulou mais de USD 1 trilhão em investimentos, incluindo USD 634 bilhões em contratos de construção e USD 419 bilhões em investimentos não financeiros.
- Malik et al. (2021)¹ realizaram extensa pesquisa envolvendo 13.427 projetos desenvolvidos com capital chinês nos últimos 20 anos. Dentre os principais achados, apontam que cerca de 35% dos projetos de infraestrutura da Nova Rota da Seda enfrentam sérios problemas desde sua implementação, com problemáticas relacionadas ao aumento do risco de crédito dos países,

¹ MALIK, Ammar et al. Banking on the Belt and Road: Insights from a new global dataset of 13,427 Chinese development projects. **Williamsburg, VA: AidData at William & Mary**, p. 23-36, 2021. Disponível em: https://docs.aiddata.org/ad4/pdfs/Banking_on_the_Belt_and_Road_Insights_from_a_new_global_dataset_of_13427_Chinese_development_projects.pdf.

irregularidades financeiras, violações de direito, desempenho abaixo do esperado, paralisação dos investimentos, corrupção, danos ambientais e protestos civis. Alguns exemplos podem ser consultados na Tabela 2.

- Na mesma toada, Bandiera e Tsiropoulos (2020) estimam que mais de 50% dos países envolvidos na iniciativa terão grandes dificuldades com dívidas do BRI². Por sua vez, Ameway-Brobbeey (2019), ao analisar Djibuti e o Paquistão, alerta para o risco de que a troca de dívidas por participação acionária, prevista nos contratos do BRI, possa gerar conflitos civis, regionais e até internacionais³. Para concluir esse rol exemplificativo, Sattar et al. (2022) apresentam evidências de que o BRI contribuiu para a degradação ambiental dos países envolvidos utilizando as emissões de CO2 como proxy⁴.

Tabela 2 - Exemplos dos problemas de obras da Nova Rota da Seda.

País	Projeto	Situação	Fonte
Sri Lanka	Porto de Hambantota	Inadimplência, transferência do controle do porto para a China por 99 anos.	New York Times
Malásia	Ferrovia da Costa Leste	Cancelado pelo primeiro-ministro devido a preocupações com sobrepreço e corrupção.	Reuters
Cazaquistão	Projeto de Trem Leve de Astana	Suspenso, investigação ordenada pelo presidente após alegações de desvio de fundos.	Reuters
Etiópia	Ferrovia Djibuti-Addis Abeba	Atrasos na implementação e dificuldades financeiras. Renegociação dos termos do empréstimo com o Eximbank da China, estendendo o prazo de pagamento de 15 para 35 anos.	Reuters
Indonésia	Projeto Ferroviário de Alta Velocidade Jakarta-Bandung	Atrasos na implementação e problemas de gestão	Lowy Institute

² BANDIERA, Luca; TSIROPOULOS, Vasileios. A framework to assess debt sustainability under the Belt and Road Initiative. **Journal of Development Economics**, v. 146, p. 102495, 2020.

³ AMEYAW-BROBBEY, Thomas. The Belt and Road Initiative: Debt trap and its implication on international security. **Asian Journal of Multidisciplinary Studies**, v. 1, n. 2, p. 73-81, 2018.

⁴ SATTAR, Abdul; HUSSAIN, Muhammad Noshab; ILYAS, Muhammad. An impact evaluation of belt and road initiative (BRI) on environmental degradation. **Sage Open**, v. 12, n. 1, p. 21582440221078836, 2022.

Quirguistão	Modernizaçã o da Usina Termelétrica de Bishkek	Denúncias de corrupção e superfaturamento	The Diplomat
Laos	Ferrovia China-Laos	Risco de Dívida, preocupações sobre o nível de endividamento do Laos devido à estrutura de financiamento do projeto.	DW
Montenegr o	Projetos de Infraestrutura	Risco de Dívida, acúmulo de dívida significativa com a China, colocando em risco a estabilidade econômica do país.	The Diplomat
Papua Nova Guiné	Projeto de cabo de fibra óptica submarina	Denúncias de corrupção	Econstor

- A pesquisa estima que as dívidas dos países de baixa e média renda (Low- and Middle-Income Countries - LMICs) com a China sejam muito maiores do que o que instituições de pesquisa, agências de classificação de crédito ou organizações intergovernamentais haviam anteriormente estimado.
- É imprescindível destacar que tais obrigações financeiras não são impostas a tomadores soberanos, ou seja, aos governos centrais. Cerca de 70% dos empréstimos são direcionados a entidades como empresas estatais, bancos públicos, joint ventures e instituições do setor privado. Consequentemente, essas dívidas podem não ser refletidas nos demonstrativos financeiros oficiais das respectivas nações.
- Atualmente, 42 países possuem dívidas com a China que ultrapassam 10% de seus PIBs. Estima-se que esses países subnotifiquem, em média, 5,8% de seu PIB em dívidas com a China, o que equivale a cerca de 385 bilhões de dólares em obrigações não registradas.
- Em síntese, a Iniciativa do Cinturão e Rota (BRI) constitui uma estratégia geoeconômica da China voltada ao investimento em infraestrutura para ampliar seu poder global, em substituição à acumulação de títulos da dívida pública dos Estados Unidos. Tal abordagem facilita a gestão das reservas cambiais da China, ao mesmo tempo que projeta a sua influência sobre a infraestrutura de regiões de interesse, além de garantir acesso a insumos estratégicos para a economia chinesa.

- Neste contexto, é imperativo que os acordos firmados entre o Brasil e a China nas esferas de infraestrutura, inteligência artificial e mineração sejam submetidos a uma análise rigorosa, com vistas a assegurar a sustentabilidade, a proteção de dados e a adoção de práticas responsáveis na exploração de recursos estratégicos.
- Assim, é nosso dever manter a prudência necessária para evitar que as denominadas "sinergias" se transformem em instrumentos de endividamento desmesurado, alienação de ativos essenciais e dependência tecnológica, preservando, assim, a soberania e o desenvolvimento autônomo do Brasil.



TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA

TCU identifica falhas graves no processo licitatório de Abreu e Lima

O processo enfrenta desafios como a ausência de procedimentos adequados de governança e riscos nas licitações, especialmente no Trem 2, com propostas acima do orçamento. Em relação ao Trem 1, o relatório aponta falhas na execução, como o uso excessivo de aditivos contratuais e a dependência de índices de produtividade ultrapassados.

- O Tribunal de Contas da União (TCU) realizou a [primeira etapa do Relatório de Acompanhamento do projeto de conclusão e revitalização das unidades de refino da Refinaria Abreu e Lima \(RNEST\)](#), em consideração à importância socioeconômica do projeto e o histórico de irregularidades associadas.



- O projeto de retomada da RNEST envolve um investimento de US\$ 1,9 bilhão (R\$ 10,9 bilhões) e está dividido em três frentes principais: conclusão do Trem 1, incluindo a unidade de remoção de óxidos de enxofre (SNOx) e questões de segurança, meio ambiente e saúde (SMS); reforma e modernização do Trem 1, ampliando a capacidade em 15 mil barris por dia (kbpd); e finalização do Trem 2, com aumento de 130 mil barris por dia após reforma e modernização.
- A execução dos contratos do projeto de retomada da RNEST já começou, exceto pela finalização do Trem 2. A conclusão do sistema de controle de emissões de óxidos de nitrogênio (SNOx) está prevista para outubro de 2024, a modernização do Trem 1 para abril de 2025, e a conclusão do Trem 2 para setembro de 2028.

Governança do processo decisório

1. No que tange à análise de governança do processo decisório, a análise preliminar identificou a ausência de procedimentos específicos para projetos em operação ou postergados, o que compromete a eficiência e o controle desses processos.
2. Na prática, a ausência desses procedimentos o controle e o acompanhamento adequado das etapas e resultados.

Licitações do escopo do projeto

1. Foram identificados riscos nas licitações do projeto, especialmente na do Trem 2, no qual faltou competitividade real, mesmo com o parcelamento do objeto em lotes. As propostas apresentadas eram muito mais altas do que o Orçamento Referencial da Petrobras (ORP), o que dificultou a contratação e comprometeu a viabilidade econômica do projeto.
2. Durante a fiscalização, o processo licitatório ainda não havia sido declarado fracassado. Para tentar salvar as melhores ofertas, a Petrobras tentou negociar descontos com as empresas mais bem posicionadas.
3. Além disso, a estatal fez revisões nos seus orçamentos, chegando a mudanças de até 28% em alguns casos, o que pode ser considerado irregular se esses orçamentos forem usados para aceitar as propostas. Esse fato levou à Representação feita pela fiscalização, que foi tratada separadamente.

Levantamento de quantitativos e estimativa de custos para a conclusão do Trem 2

1. No levantamento de quantitativos e estimativa de custos para concluir o Trem 2, foram identificadas falhas relacionadas à falta de clareza e à subjetividade nas fontes de informação, especialmente no sistema SCIP e no Relatório da Comissão B.
2. Há um risco de autorreferência devido ao uso excessivo da "experiência" da Petrobras, com base em índices de produtividade definidos há mais de 30 anos, em vez de adotar referências mais amplas e atualizadas do setor de refino.

Execução dos contratos

1. Durante a execução, foi identificado um risco potencial devido ao uso de ferramentas contratuais excepcionais, como a Equipe de Tratamento de Falhas, a Planilha de Preços Unitários¹ e os aditivos On Demand².
2. Esses mecanismos, que permitem ajustes no contrato durante sua execução, podem aumentar significativamente o valor dos contratos e comprometer sua rentabilidade, sendo necessários acompanhamento e controle cuidadosos.
3. O uso extensivo de aditivos contratuais foi um expediente bastante utilizado durante a primeira fase da construção da Refinaria Abreu e Lima, eivada de indícios de superfaturamento e corrupção, relato consolidado pelo TCU no relatório [**“Gestão Rnest: Uma História que Precisa Ser Contada para Não Ser Repetida”**](#).

¹ Documento que detalha os custos de cada item ou serviço envolvido no contrato, com preços definidos por unidade. Durante a execução do contrato, esse documento pode ser ajustado para refletir mudanças nos custos. Todavia, o seu uso indevido pode levar a um aumento inesperado no valor total do contrato.

² Modificações contratuais que podem ser feitas a qualquer momento durante a execução para cobrir custos adicionais ou mudanças no escopo do projeto.

4 SAÚDE

O destino incerto dado pelo Ministério da Saúde aos hospitais federais no Rio de Janeiro

A falta da transparência, da participação do controle social e da apresentação de dados técnicos que fundamentam as escolhas adotadas, marcam o processo em curso de fatiamento da gestão dos hospitais federais no Rio de Janeiro pelo Ministério da Saúde.

- Após denúncias a respeito das condições dos hospitais federais no Rio de Janeiro, em março deste ano, o ministério da saúde que havia afirmado ter reaberto 300 leitos e promovido a contratação de 294 profissionais, com um aumento de 22% em internações hospitalares em relação ao ano anterior, resolveu criar um comitê gestor de avaliação junto à EBSEH (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares), ao GHC (Grupo Hospitalar Conceição) e à Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz), com foco na definição da destinação institucional e do modelo de gestão para os hospitais.



- Porém, a formação do comitê veio somente após a veiculação das denúncias [sobre a situação dos hospitais federais no RJ](#) em reportagem no Fantástico no dia 17/3, fazendo com que a ministra exonerasse o diretor do Departamento de Gestão Hospitalar (DGH), indicado por ela mesma, e Helvécio Magalhães, secretário de Atenção Especializada à Saúde (SAES). O DGH tem por atribuição coordenar a gestão dos hospitais federais do Ministério localizados no Estado do Rio de Janeiro. Atuando de forma descentralizada e subordinada à SAES, desde novembro de 2023.
- A falta de transparência e diálogo, inclusive refletiu na atuação do Ministério Público Federal que instaurou [procedimentos junto aos Ofícios da Tutela da Saúde, Cidadania e Minorias da Procuradoria da República/RJ](#) para acompanhar as ações adotadas pelo Ministério da Saúde na implementação do “novo modelo de gestão para os hospitais federais no Rio de Janeiro”.
- No último dia 18 de novembro **o Ministério Público Federal realizou audiência pública para tratar não somente do modelo de gestão que o ministério da saúde pretende implementar nos 6 hospitais federais, mas da necessidade de que o processo observe os princípios organizativos constitucionais da regionalização, da hierarquização, da descentralização, do comando único e da participação da comunidade, atinentes ao Sistema Único de Saúde – SUS.**
- Em abril, a ministra assinou portaria delegando competência para o diretor do DGH realizar a gestão administrativa e contábil dos hospitais, centralizando os processos de aquisição dos medicamentos, insumos e de contratação de obras de todos os hospitais federais no DGH (Portaria GM/MS nº 3.488, de 4/4/24). No mesmo período, prorrogou por mais 30 dias o comitê gestor, estabelecido em março para liderar os esforços de “reformulação dos hospitais federais no RJ”.
- Em coletiva do dia 23 de abril, a [ministra](#) chegou a afirmar que não existia no horizonte do governo o fatiamento dos hospitais, que seria uma espécie de *Fake News* veiculada pela imprensa.

“Não existe distribuição dos hospitais. Isso foi uma notícia veiculada pela imprensa, não partiu de nós. O governo federal não abrirá mão de coordenar um programa de reconstrução desses hospitais e fará isso com apoio do SUS. Modelos de gestão definitivos serão detalhados dentro deste programa, após uma fase de análise e diálogos. Nós não vamos precipitar essa questão, em respeito à população do Rio de Janeiro” (Nísia Trindade)



- Nessa mesma coletiva indicou que a reestruturação da gestão passaria a ser coordenada juntamente com a Ebserh, o Grupo Hospitalar Conceição (GHC) e a Fiocruz. Três meses depois, viu-se o início do processo de fatiamento dos hospitais através de notícias divulgadas pela mídia.

Hospital Federal	Responsável	Natureza Jurídica
De Bonsucesso	Grupo Hospitalar Conceição	Empresa Pública, com personalidade de direito privado, sob controle acionário da União
Dos Servidores do Estado	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh	Empresa Pública, com personalidade de direito privado, vinculada ao MEC
Da Lagoa	Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz	Fundação, vinculada ao MS
Do Andaraí, de Ipanema e Cardoso Fontes	Prefeitura do Rio de Janeiro	Ente federativo

- Na página dedicada do DGH/SAES/MS sobre a gestão hospitalar do Estado do RJ não há detalhamento das ações de fatiamento das unidades hospitalares. No ícone referente ao de Bonsucesso consta que o complexo hospitalar está sob a administração do Grupo Hospitalar Conceição, desde outubro deste ano. Já no do Servidores do Estado consta um alerta de que em novembro teria sido assinado um acordo de fusão do hospital com o Hospital Universitário Gaffrée e Guinle, em decorrência da parceria da Ebserh com a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Não há registro no portal Gov.br do referido acordo.
- Em relação ao hospital do Andaraí, a ministra chegou a publicar a [**Portaria GM/MS nº 4.847, de 5 de julho de 2024, descentralizando os serviços do hospital para a prefeitura**](#), com gestão compartilhada por 90 dias. Porém, até agora nenhuma mudança pode ser percebida. O Globo chegou a publicar matéria afirmando que [**o ministério pode recuar na decisão de municipalizar o hospital do Andaraí**](#), pois nenhuma proposta foi apresentada pelo ministério para que a RioSaúde possa administrar o hospital.

- Em audiência na Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, no último dia 19, com a ausência da ministra Nísia, a diretora do sindicato dos trabalhadores federais em seguridade e seguro social no Estado do Rio de Janeiro (Sindsprevi-RJ) pontuou a greve dos servidores, sem abertura de processo negocial que vem se arrastando desde maio, a falta de diálogo do ministério com os servidores. Afirmando inclusive que o ministério da saúde repassou R\$260 milhões ao GHC para realização de um diagnóstico, após definição da transferência da unidade.
- O processo de municipalização dos hospitais dos hospitais federais no Rio já possui um histórico desfavorável. Com a Constituição de 1988 deu-se início ao processo de municipalização que, diante do impasse dos recursos a serem aportados como contrapartida da União, culminou no retorno das unidades ao governo federal em 2005.
- A Secretaria Geral de Controle Externo do Tribunal de Contas no Município do Rio de Janeiro publicou [Estudo sobre a viabilidade da municipalização das unidades de saúde federais](#), em 2019, abrangendo os 6 hospitais e os 3 institutos localizados no município. Esse estudo é de conhecimento da prefeitura do Rio desde 2016, e conclui pela inviabilidade orçamentária da municipalização desde aquela época.
- De fato, a municipalização das unidades hospitalares tem sua fundamentação diante do caráter descentralizado do SUS. Porém, essa não parece ser a medida que irá prosperar em todo esse processo obscuro de negociações implementadas pelo governo de Lula. No lugar da descentralização, que ao que tudo indica não parece prosperar junto à prefeitura do Rio de Janeiro, o ministério tem atuado de modo a desconcentrar suas atribuições, mantendo de certo modo parte dos hospitais na esfera federal, em processos que podem sair mais caros aos cofres da União.





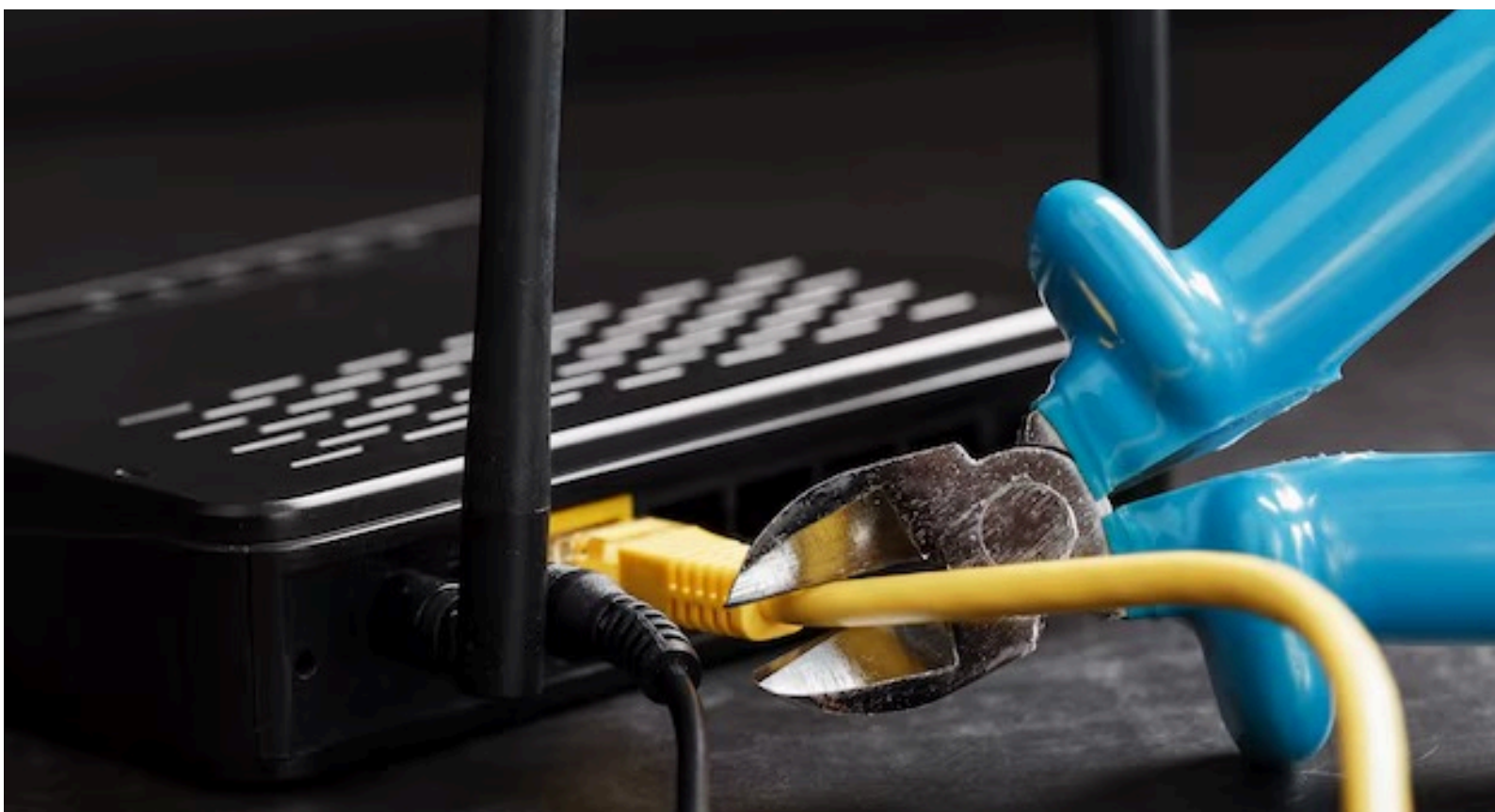
TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO

Com novo acordo, governo sinaliza o adiamento da solução de conectividade para escolas públicas

O governo brasileiro firmou um acordo com a empresa SpaceSail, com a intenção de contratar uma alternativa à Starlink para garantir a universalização da internet em escolas públicas até 2026. No entanto, a SpaceSail só teria condições de operar no Brasil a partir de 2026, o que coloca em xeque o cumprimento da meta de universalização.

Análise

- O recente memorando de entendimento firmado entre o Ministério das Comunicações e a SpaceSail, uma empresa chinesa de satélites, evidencia falhas significativas no planejamento estratégico voltado à conectividade escolar. [A SpaceSail planeja lançar, em 2026](#), um sistema de satélites em órbita terrestre baixa (LEO) com o objetivo de ampliar a conectividade no Brasil, especialmente em áreas remotas, buscando reduzir a exclusão digital.



A proposta também inclui a criação de uma subsidiária no país, com potencial para operar em conjunto com a Telebrás.

- Essa iniciativa do governo federal é vista como uma tentativa de buscar um fornecedor alternativo à Starlink, maior provedora global de internet via satélites LEO e única capaz de atender às exigências técnicas e de cobertura previstas na política de conectividade escolar.
- O impasse ideológico, entretanto, tem dificultado a contratação da empresa norte-americana. A situação ganhou destaque internacional após a primeira-dama, [Janja Lula da Silva, criticar publicamente o CEO da Starlink, Elon Musk, durante eventos do G20](#), exacerbando tensões com o bilionário, agora associado ao governo Trump.
- Nesse cenário, [o cumprimento da meta de universalizar a internet nas escolas públicas até 2026 parece cada vez mais improvável](#). O governo enfrenta dificuldades para implementar soluções adequadas às demandas de conectividade, [o que afeta cerca de 7.500 escolas e 379 mil alunos, majoritariamente em áreas periféricas e remotas](#).
- Desde o início da gestão Lula, [o Ministério das Comunicações tem favorecido a Telebrás como fornecedora de conectividade, mesmo diante da grave crise administrativa e financeira da estatal](#), que inclui inadimplência com fornecedores e incapacidade técnica para atender às metas do programa.
- O memorando com a SpaceSail aparenta ser uma tentativa de viabilizar operações indiretas pela Telebrás. Contudo, a empresa chinesa, que [iniciou suas atividades em 2023, possui apenas 36 satélites LEO](#) e planeja começar suas operações no Brasil apenas em 2026, quando a meta de universalização já deveria estar cumprida. A falta de robustez técnica e operacional da SpaceSail compromete a viabilidade de atender às escolas de forma eficiente e dentro dos prazos estabelecidos, deixando milhares de alunos à margem da inclusão digital.
- Além disso, embora [o governo federal discursse em favor da soberania nacional](#), o acordo com a SpaceSail indica um movimento contraditório, ao depender de tecnologia estrangeira sem garantias de transferência de conhecimento ou resultados concretos no curto prazo.
- Em resumo, a estratégia do governo demonstra decisões politizadas e pouco pragmáticas, que resultam na ausência de ações efetivas para resolver o problema da conectividade escolar, perpetuando a exclusão digital de milhares de estudantes brasileiros.

¹Para fins comparativos, a Starlink possui uma constelação com mais de 6000 satélites ativos.

Governo brasileiro celebra, mas COP-29 expõe contradições e frustrações globais

A COP-29 trouxe frustrações globais ao apresentar metas consideradas insuficientes para financiamento climático e redução de emissões, evidenciando conflitos de interesse e a influência de indústrias fósseis no evento. Enquanto países em desenvolvimento expressaram insatisfação, o Brasil, com a maior delegação presente, adotou uma postura otimista isolada, levantando dúvidas sobre a coerência entre seu discurso e os resultados concretos da conferência.

A Conferência das Partes (COP) é o principal fórum internacional para negociações sobre mudanças climáticas, reunindo os países signatários da [Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima \(UNFCCC\)](#). Seu objetivo é avaliar o progresso na mitigação das mudanças climáticas e estabelecer compromissos para reduzir emissões de gases de efeito estufa.



O objetivo central da COP é limitar o aquecimento global abaixo de 2°C, com esforços para mantê-lo em 1,5°C acima dos níveis pré-industriais. Para isso, os países submetem suas [Contribuições Nacionalmente Determinadas \(NDCs\)](#), que detalham planos de redução de emissões e adaptação climática. Essas metas são revisadas regularmente, buscando maior ambição e efetividade.

Expectativas globais para a COP-29

Este ano realizada em Baku, no Azerbaijão, de 11 a 22 de novembro, a COP-29 contou com a participação de 198 nações. Entre as expectativas principais da COP-29, estavam:

1. Estabelecer uma nova meta de financiamento climático para além dos US\$ 116 bilhões anuais previamente acordados.
2. Definir mecanismos claros para a transição energética, reduzindo o uso de combustíveis fósseis.
3. Implementar o Artigo 6 do Acordo de Paris, que regulamenta os mercados de carbono.

Resultados e frustrações

O rascunho do [Novo Objetivo Quantificado Coletivo \(NCQG\) 4](#), traz alguns pontos chaves:

1. **Financiamento anual de US\$ 300 bilhões:** Esse montante deve ser originado de fontes públicas e privadas, com foco em países em desenvolvimento, especialmente os mais vulneráveis.
2. **Equilíbrio entre mitigação e adaptação:** Os recursos serão igualmente distribuídos entre iniciativas para reduzir emissões de gases de efeito estufa e ações voltadas à adaptação climática, como a construção de infraestruturas resilientes e o incentivo à agricultura sustentável.
3. **Reforma no sistema financeiro:** Propõe-se a redução de custos para acessar o financiamento climático, além da simplificação de processos e a introdução de instrumentos financeiros inovadores, como garantias e fundos de risco.

4. Impulso ao mercado de carbono: A COP-29 avançou na regulamentação do mercado global de carbono, abrindo oportunidades para países que já se destacam em mecanismos como MDL e REDD+, como o Brasil, mas não concluiu com a implementação efetiva das regulamentações do Artigo 6 do Acordo de Paris.

Apesar de singelos avanços, a COP-29 foi marcada por insatisfação generalizada:

1. Financiamento insuficiente: Os US\$ 300 bilhões anuais acordados até 2035 para o financiamento climático dos países em desenvolvimento foram considerados muito aquém das necessidades, já que a ONU esperava alcançar US\$ 1 trilhão anual nas negociações para o financiamento externo¹ dos US\$ 2,4 trilhões calculados por especialistas nomeados pela ONU.

“*O valor oferecido pelos países desenvolvidos é uma cusparada na cara de nações vulneráveis como a minha.*”

Negociador do Panamá, Juan Carlos Monterrey, citado pela agência France Presse (AFP).



“*É desconcertante que, apesar de **todos saberem durante todo o ano que esta era a 'COP do financiamento'**, os países ricos ainda se recusem a colocar sobre a mesa promessas de custeio suficientemente substanciais*”, criticou Mariana Paoli, advogada da organização civil Christian Aid.



“*Isso é irresponsável, imoral e pode condenar as pessoas e o planeta. Seria melhor que os países em desenvolvimento abandonem a mesa do que se entreguem a esse lixo.* [...]”

“muitos países do sul global estão endividados e incapazes de financiar a adaptação a uma crise climática que eles próprios não causaram”.

Camila Mercure, chefe de Política Climática da Fundação Meio Ambiente e Recursos Naturais (Farn)



¹ Ajuda pública de países ricos, através de investimento estrangeiro público e privado ou impostos globais, aos países em desenvolvimento para reduzir sua dependência de combustíveis fósseis (transição energética) e se adaptar aos desastres climáticos.

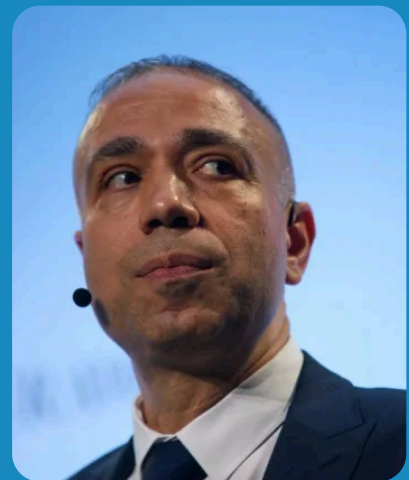
- 2. Influência da indústria de combustíveis fósseis:** A presença significativa de representantes desse setor e episódios controversos geraram preocupações sobre conflitos de interesse.



No segundo dia de COP, ao receber cerca de 75 líderes globais, o presidente do Azerbaijão, Ilham Aliyev, declarou que petróleo e gás são "presentes de Deus" e que países com esses recursos não devem ser culpados por utilizá-los. Afirmção controversa, especialmente no maior evento focado na redução de combustíveis fósseis.

A COP registrou a presença de 1.773 representantes da indústria de combustíveis fósseis, número que supera o total de representantes de quase todas as delegações nacionais, exceto Azerbaijão, Brasil e Turquia. Essa participação massiva gerou críticas de ONGs, que **alertam** para a influência desproporcional dessas indústrias nas negociações climáticas.

O diretor executivo da COP29, Elnur Soltanov, foi **flagrado** em uma gravação discutindo oportunidades de investimento em petróleo e gás com um suposto investidor, promovendo a exploração de campos de gás no Azerbaijão. A ação gerou indignação, com críticas severas de especialistas que consideraram a atitude uma "traição" aos objetivos climáticos da conferência.



- 3. Compromissos tímidos dos países desenvolvidos:** Houve falta de metas mais ambiciosas para redução de emissões e apoio financeiro aos países em desenvolvimento.

“

"Essa é a pior COP da história recente".

Mohamed Adow, da ONG Climate Action Network.

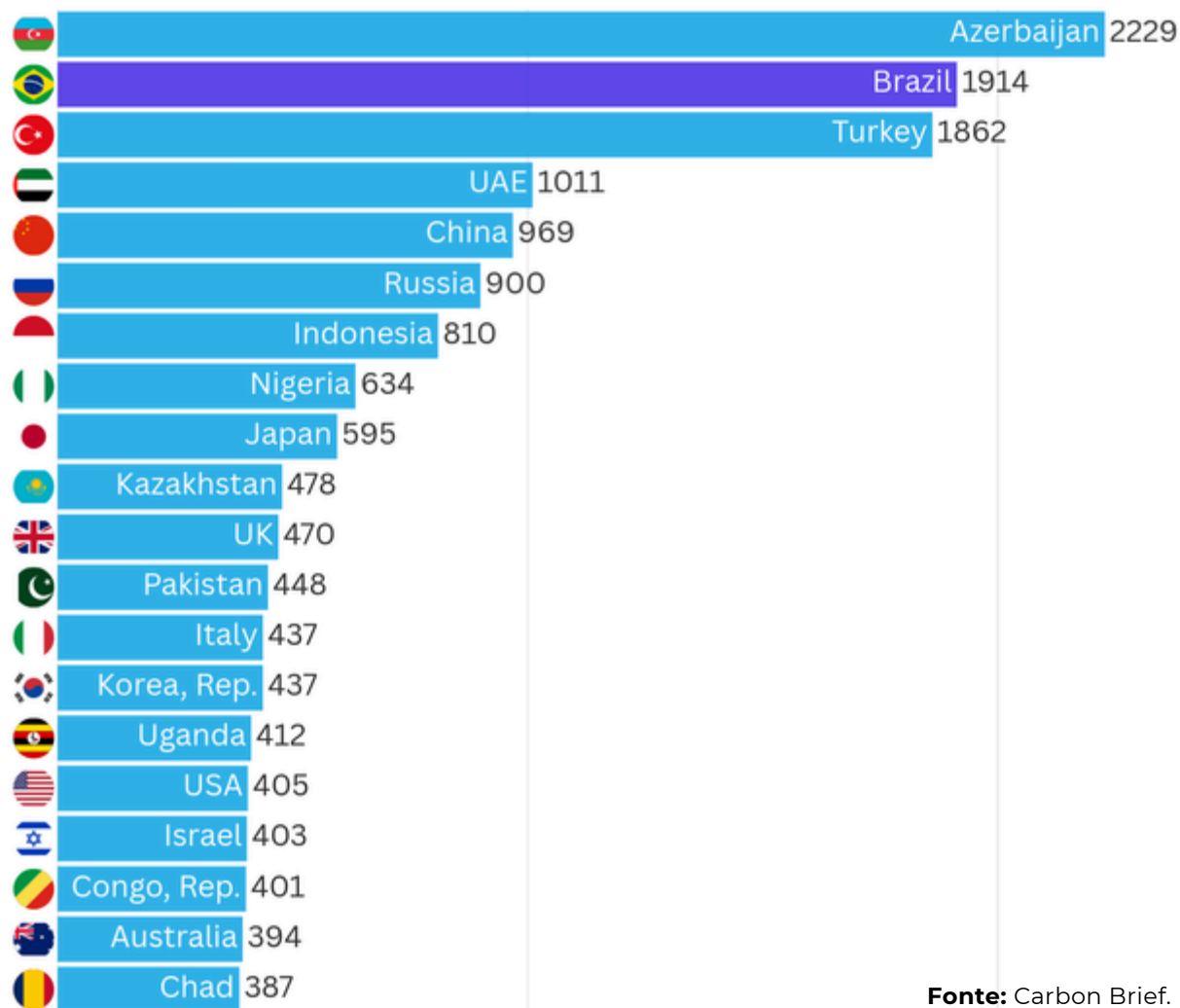
”



A postura brasileira na COP-29

O Brasil enviou a maior delegação do evento, sob a justificativa da participação ampla como um sinal de compromisso com a agenda climática. **A comitiva brasileira só perde para o país anfitrião do evento.** Contudo, essa decisão é amplamente questionável tanto pelo ponto de vista do uso dos recursos públicos, quanto pela emissão de CO² emitido nas viagens de avião.

Gráfico. Número de pessoas nas comitivas por país:



Fonte: Carbon Brief.

Conclusão: Otimismo isolado

Enquanto outros países em desenvolvimento expressaram frustração, o governo brasileiro celebrou, em uma postura considerada desconectada da realidade das demandas globais. A postura brasileira na COP-29 reflete um contraste entre o discurso otimista e a percepção global sobre os resultados da cúpula. O envio da maior delegação para um evento marcado por promessas vagas e financiamento insuficiente levanta questionamentos sobre a efetividade da participação brasileira.